

**ILMO. SR. PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO**

Processo Licitatório n. 057/2021

Concorrência n. 002/2021

**L & R SANTOS CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.408.234/0001-11, devidamente estabelecida na Rua Manoel Azevedo, nº517, Iputinga, Recife-PE, vem respeitosamente perante V. Exa., por seu representante legal ao final subscrito, apresentar a presente

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO**

Interposto pela empresa **KAIZEN CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.** em face da decisão que habilitou a ora peticionante, aduzindo, para tanto, os fatos e as razões de direito expostas a seguir, as quais requer sejam recebidas e, após cumpridas as formalidades legais de estilo, sejam remetidas para julgamento pela Autoridade Superior competente.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Recife, 07 de fevereiro de 2022.

**L & R SANTOS CONSTRUÇÕES LTDA**



L & R Santos Construções Ltda.  
Rômulo Cordeiro dos Santos Filho  
Engenheiro Civil  
Resp. Técnico - CREA 31695 D/PE

**L & R Santos Construções Ltda.**  
CNPJ: 07.408.234/0001-11  
lrengenharialda@gmail.com  
Rua General Cândido Borges Castelo Branco,  
nº 278, Iputinga, Recife/PE  
CEP: 50.670 - 170  
Fone/ Fax: (081) 3454-5504

**Processo Licitatório n. 057/2021 (Concorrência Pública n. 002/2021)**

## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**

**Recorrido: L & R SANTOS CONSTRUÇÕES LTDA.**

*Ilmo. Sr. Julgador*

### **I. Da Tempestividade:**

Antes de adentrar nas questões de mérito do Recurso, cumpre destacar a tempestividade das presentes contrarrazões.

O prazo para impugnar os recursos interpostos pelos licitantes é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de intimação do ato.

A informação sobre o recurso apresentado pela licitante Kaizen foi publicada em Diário Oficial no dia 01/02/2022 (doc. 01).

Dessa forma, o prazo final para apresentação das presentes contrarrazões se revela como sendo o dia 07/02/2022 (segunda-feira).

Demonstrada, portanto, a tempestividade da presente manifestação.



## **II. Da Licitação:**

### **Da acertada habilitação da L&R Santos / Da inexistência de mácula ao edital / Correta apresentação dos documentos:**

O presente processo licitatório tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução da obra de reforma com ampliação, por regime de execução por preço unitário, da Escola Superior do MPPE.

Inicialmente vale ressaltar que a insatisfação da empresa recorrente com a habilitação da peticionante no certame é totalmente infundada.

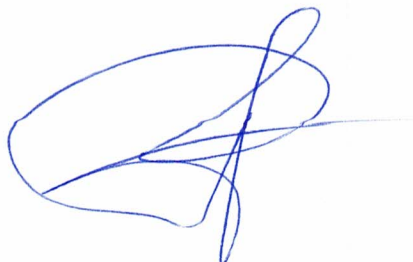
Vale destacar que, ao contrário do que a recorrente tenta fazer crer, a empresa L&R Santos atendeu a todos os itens do edital, sendo corretamente habilitada para continuar no certame ora discutido.

O recurso apresentado pela licitante recorrente, especialmente em desfavor da ora peticionante, é totalmente vazio e sem fundamentação, não passando de dois parágrafos, não contendo qualquer explicação lógica. Vejamos:

b) L & R Santos Construções Ltda.:

Deixou de apresentar a Declaração dos Responsáveis Técnicos que acompanharão os serviços de que trata o objeto da licitação, contendo nome, CPF e nº do Registro do CREA, solicitada no subitem 5.4 do Termo de Referência, parte integrante do Edital.

Também, não apresentou as informações dos dados cadastrais solicitadas no subitem 16.4 do mesmo Termo de Referência.





Ilustres Julgadores, o que parece é que a empresa recorrente deseja tumultuar o processo licitatório, com alegações infundadas e que terminam por retardar a continuidade do certame.

Não há qualquer razão para a apresentação do recurso ora contrarrazoado, em desfavor da peticionante, não passando de uma aventura argumentativa, que deve ser reprimida por esta Ilustre Comissão.

Vejam que, por ausência de qualquer mácula ao edital por parte da L&R Santos, a recorrente imputa a peticionante o suposto descumprimento do item 16.4 do edital, que se encontra elencado nas disposições finais do instrumento editalício. Vejamos:

"16.4. O acompanhamento diário das informações disponibilizadas no sistema eletrônico e encaminhadas por e-mail, bem como a correta informação dos dados cadastrais, é de inteira responsabilidade das licitantes, não podendo ser alegado o desconhecimento de qualquer informação transmitida no sistema eletrônico ou e-mail cadastrado."

Notem, Ilustres Julgadores, que o item em questão não se revela como sendo obrigação editalícia das recorrentes, sendo apenas um alerta de responsabilização quanto eventuais informações prestadas pelo órgão licitante transmitidas pelo sistema eletrônico ou por e-mail.

O item em questão tem caráter mais informativo e de alerta, retirando qualquer responsabilidade do órgão licitante sobre eventuais alegações



de desconhecimento das decisões tomadas no certame, em caso de alegações dos concorrentes que não tiverem os dados cadastrais atualizados.

É certo que os dados cadastrais da peticionante foram colacionados com a documentação apresentada (doc. 02), é o que se pode perceber pelo comprovante de situação cadastral (fls. 07, 16 e 17), contendo, inclusive, endereço, e-mail e telefones da peticionante.

Ou seja, a insatisfação da recorrente é totalmente ilógica.

De outro ponto, também não assiste razão a recorrente quanto a imputação de não cumprimento do item 5.4 do termo de referência pela L&R Santos.

O Referido item do termo de referência assim dispõe:

"5.4 declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto."

Ilustríssimo Julgadores, a referida "declaração" foi apresentada pela peticionante entre os documentos apresentados (doc.02), é o que se pode perceber pela certidão do CREA emitida em relação ao sócio da empresa e responsável técnico pela obra, o Sr. Rômulo Cordeiro dos Santos Filho. (vide fls. 19)

Na referida certidão, é facilmente localizado o número de CPF do Sr. Rômulo e seu número de inscrição no CREA, como encontra-se descrito no item 5.4 do termo de referência.



Além do mais, o nome do responsável técnico (Rômulo Cordeiro dos Santos Filho) consta nas certidões de acervo técnico apresentadas pela peticionante, nos termos do item 5.4.1 do termo de referência.

Ou seja, não há qualquer descumprimento ao edital por parte da ora peticionante.

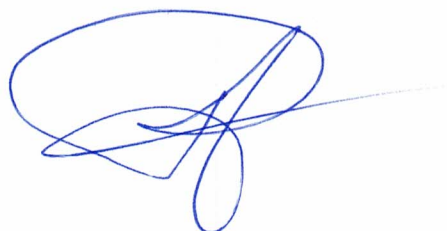
É certo que o recurso apresentado pela empresa recorrente deve ser rechaçado.

O recurso apresentado pela empresa é totalmente absurdo, temerário, natimorto e revela a intenção de auferir uma vantagem indevida, com a ilógica inabilitação da ora peticionante, o que certamente não vai ocorrer.

Os itens 16.4 do edital e 5.4 do termo de referência foram atendidos inquestionavelmente pela Recorrida, à exemplo de todos os demais itens do Edital.

A Constituição Federal, norma máxima do ordenamento jurídico, já orienta os agentes públicos a observarem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, cuja desatenção importará em ato de improbidade administrativa, com suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário. Observe a transcrição abaixo:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:



**L & R Santos Construções Ltda.**  
CNPJ: 07.408.234/0001-11  
lrengenharialtlda@gmail.com  
Rua General Cândido Borges Castelo Branco,  
nº 278, Iputinga, Recife/PE  
CEP: 50.670 - 170  
Fone/ Fax: (081) 3454-5504



...

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

...

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível....”

É importante enfatizar que também o aludido dispositivo constitucional orienta a administração pública a não restringir a licitação com exigências descabidas, importando na diminuição da seleção pública. Por essa razão é que somente permite exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por sua vez a lei 8.666/93 segue o mesmo norte traçado pela Constituição Federal, registrando que a licitação tem por finalidade a seleção da



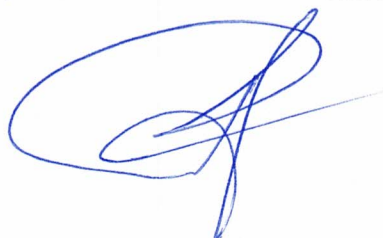
**L & R Santos Construções Ltda.**  
CNPJ: 07.408.234/0001-11  
lrengenharia@da@gmail.com  
Rua General Cândido Borges Castelo Branco,  
nº 278, Iputinga, Recife/PE  
CEP: 50.670 - 170  
Fone/ Fax: (081) 3454-5504

proposta mais vantajosa para a administração e, para tanto, será julgada com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Segue para facilitar a compreensão desse julgador a transcrição adiante:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou



**L & R Santos Construções Ltda.**  
CNPJ: 07.408.234/0001-11  
lrengenharia ltda@gmail.com  
Rua General Cândido Borges Castelo Branco,  
nº 278, Iputinga, Recife/PE  
CEP: 50.670 - 170  
Fone/ Fax: (081) 3454-5504



domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)..."

O artigo expressamente veda o agente público de admitir ou tolerar atos que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame.

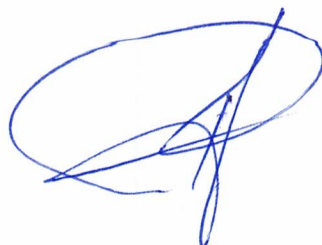
É visível que a Recorrente tem exatamente essa finalidade, comprometer, restringir e frustrar o caráter competitivo do certame.

Mesmo não acreditando ser o caso, mas ante à eventualidade, faz-se o registro de que o acolhimento pela Comissão do Recurso ora combatido importará inegavelmente no cometimento de ato de improbidade administrativa e a Recorrida já de antemão registra que denunciará a infração aos órgãos públicos de controle.

Por fim também ressaltamos que a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo não são princípios que eliminam o raciocínio, a lógica e o bom senso da Comissão.

Não fosse assim, os processos seriam formatados em planilhas aptas a serem julgadas por computador.

Diante de tudo, é dever dessa Comissão rejeitar o Recurso ora impugnado.



### **III. Do Pedido:**

Diante do exposto, a empresa ora peticionante pugna pelo não acolhimento do recurso manejado pela empresa recorrente, por ser a medida mais justa ao caso em deslinde.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Recife, 07 de fevereiro de 2022.



**L & R SANTOS CONSTRUÇÕES LTDA.**

L & R Santos Construções Ltda.  
Rômulo Cordeiro dos Santos Filho  
Engenheiro Civil  
Resp. Técnico - CREA 31695 DIPE